

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

Rodrigo Castilho Freitas

**PRODUÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES
PARTICIPANTES DA FEIRA LIVRE DE ILHA SOLTEIRA-SP**

Ilha Solteira-SP
Dezembro, 2022

Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Cursos: Eng^a Agrônoma, Ciências Biológicas, Eng. Civil, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Física, Matemática e Zootecnia.
Avenida Brasil Centro, 56 CEP 15385-000 Ilha Solteira São Paulo Brasil
pabx (18) 3743 1000 fax (18) 3742 2735 scom@adm.feis.unesp.br www.feis.unesp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

Rodrigo Castilho Freitas

**PRODUÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES
PARTICIPANTES DA FEIRA LIVRE DE ILHA SOLTEIRA-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana
Orientador

Ilha Solteira-SP

Dezembro, 2022

Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Cursos: Eng. Agrônômica, Ciências Biológicas, Eng. Civil, Eng. Elétrica, Eng. Mecânica, Física, Matemática e Zootecnia.
Avenida Brasil Centro, 56 CEP 15385-000 Ilha Solteira São Paulo Brasil
pabx (18) 3743 1000 fax (18) 3742 2735 scom@adm.feis.unesp.br www.feis.unesp.br

FICHA CATALOGRÁFICA

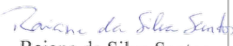
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

F866p Freitas, Rodrigo Castilho.
Produção e perfil socioeconômico dos agricultores participantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP / Rodrigo Castilho Freitas. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2022
56 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) -
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2022

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Diversidade de produção e comercialização. 2. Circuitos curtos de
comercialização. 3. Geração de renda. 4. Agricultores familiares.


Raiane da Silva Santos

Supervisora Técnica de Seção
Seção Técnica de Referência, Atendimento ao usuário e Documentação
Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação
CRB/8 - 9999

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PRODUÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES
PARTICIPANTES DA FEIRA LIVRE DE ILHA SOLTEIRA - SP

RODRIGO CASTILHO FREITAS

REGULAMENTO SOBRE A AVALIAÇÃO:

ARTIGO 25º - § 2º A apresentação pública do trabalho de TCC deverá ser de no mínimo 20 (vinte) minutos e máximo de 40 (quarenta) minutos. Após um intervalo de 5 (cinco) minutos, haverá a arguição do Trabalho pelos examinadores. O tempo de arguição, será de até 15 (quinze) minutos para cada examinador, e até 15 (quinze) minutos o tempo para a resposta do(a) aluno(a) a cada examinador ou no caso de se optar pelo diálogo, o tempo conjunto entre examinador e acadêmico(a) será de no máximo 30 (trinta) minutos.

ARTIGO 24º - No julgamento do TCC, a banca examinadora deverá avaliar a apresentação oral, escrita e a defesa do trabalho durante a arguição. O conceito final será APROVADO ou REPROVADO

COMISSÃO EXAMINADORA

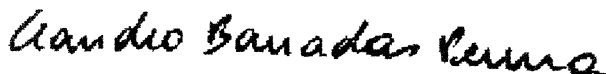
1º EXAMINADOR

(Orientador-Presidente) Antonio Lázaro Sant'Ana:



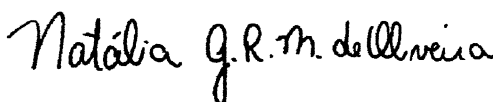
2º EXAMINADOR

Leandro Barradas Pereira:



3ª EXAMINADORA

Natália Gabriela Rós Marques De Oliveira:



CONCEITO

☒ APROVADO

☐ REPROVADO

Ilha Solteira-SP, 14 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À minha mãe Regina Castilho (Rê, Regininha), à Dora, ao meu pai Miguel Freitas e a todas e todos da minha família. Especialmente às cachorras que integraram meu núcleo familiar, em nome de Hanna, Pipa, Helga, Elvis e Nina.

Aos que compuseram família conosco nos anos de Ilha Solteira, Paulo André Carozelli, Barradas (Leandro B. Pereira), Renê, Camila Módena, Lukinha (Lafratta Calandrelli), Tevo (Marcos Estevão), Jaurés Guisard, Gabriel Kehdi, André (Madruga), Sillas, Gustavo Pontel, Patrick, Heron, Hugo, Carol Cipriano, Carol Matheus, Fabiana, Bruninho e Camila e tantos outros que foram importantes.

Ao Colégio “Euclides da Cunha”, essencial para quem hoje sou. Às gestoras e funcionárias, Elizabete Harumi Tanaka Yamashita, Sandra Smania, Clotildes Gasche, Eloiza Cavalcante, Nilda Sousa, Graça, Ester, tia Tê e aos demais. Aos professores, em especial à Paula de Ciências e Biologia, Altemar de Química, Dorival de Matemática, Pattini de Língua Portuguesa e ao Lenda de Inglês. A todos com quem fiz amizade e construímos quem sou, a tudo o que vivi lá.

Aos meus amigos de Ilha Solteira, Ana Beatriz, Angelo (Nissin), Caio Jou Kichi, Gabriela, José Felipe (Zé, “meu santo”), Lana, Luiz Eduardo, Luiza, Maria Eduarda, Mariana e Nicole, dentre outros tantos que carrego para sempre em coração e/ou memória.

À feira livre e a todos que mantêm sua cultura viva, em nome do Donizetti, da Larissa, Dona Maria Aparecida, tia Ivani, Dona Glória, Dona Carminha e Seu João.

Às profissionais que acompanharam minha saúde mental, Gabriela Balduino, Nicole Arnoni e Patrícia Almeida.

Ao Cursinho Diferencial e a todos que fizeram diferença nessa equipe desde muito antes de eu integrá-la, em nome de Douglas (Irmão), Lucas Gonçalves, Tomás (Verme), Denis (Johnson) e Ana Leticia (Graça). Aos amigos da equipe, Heron, Posso, Julia, Banana, Coroinha, Xuranha, Biscoitin, Peter, Nataly, João, Vizinha e Cenoura. Aos alunos que nos tornamos amigos, em nome de Laiany Ghidoni e Matheus Candil.

Aos amigos da Biologia, em nome de Clara e Otavio (Caiçara). À república Chernobio e aos bons momentos que passamos lá, a todos os amigos com os quais convivi nesse lar, Norris, Fuga, Tulião, Rafa, Loyola, João, Jean, Roque, Sud, Hermes e Kleber, todos que passaram por lá. Pela convivência que tive também nas repúblicas

Bolagato, Convento e Tcheca. À maravilhosa amiga Dani Ferreira (Perdida). À Batera do Inferno, por onde tive uma breve passagem no final da graduação, em nome de Raquel Lacal.

Aos que vieram antes de mim e me fortaleceram cursar Biologia na UNESP de Ilha Solteira, Tatiana Cabral (minha prima), Thaís Garcia, Lineu Romão, Michel Carnio, Pâmela Figueiredo, Danitielle Simonato, Diogo (Firmeza), dentre outros. Ao amigo Pumba, com quem pude aprender, juntamente com o Firmeza, durante o último ano da Licenciatura em estágio na ETEC. À professora Carolina Buso Dornfeld, em nome da qual agradeço a todas as minhas professoras e todos os meus professores da graduação.

A todas, todes e todos que valorizam a Ciência e a Educação e lutam pela qualidade desta neste Brasil.

“A razão pela qual eles querem se livrar do pequeno agricultor é que o pequeno agricultor é a última pessoa livre neste planeta”.

(José Lutzenberger, informado por Vandana Shiva em *As sementes de Vandana Shiva*)

RESUMO

As feiras se apresentam como uma forma de comercialização tradicional e consolidada, tendo surgido no Brasil com o processo de colonização portuguesa e atualmente predominando as feiras livres que se constituem em um importante circuito curto de comercialização para os agricultores familiares. O objetivo deste trabalho é analisar a comercialização e identificar aspectos da diversidade de produção e o perfil socioeconômico dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP que ocorre aos domingos, das 6 às 12 horas, em uma área construída e destinada a esta finalidade na altura do Passeio Caracol, na Avenida Brasil Norte. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um formulário que levantou dados sobre o perfil socioeconômico dos agricultores feirantes, aspectos gerais do estabelecimento em que se dá a produção, tipo e diversidade da produção, outras formas de comercialização utilizadas e o percentual de renda obtido com a produção e a comercialização na Feira Livre. A análise dos dados obtidos no referido levantamento evidenciou que os produtores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP se enquadram como agricultores familiares, predominando sujeitos com baixa escolaridade, na faixa etária de mais de 60 anos, com pouco mais de 50% de mulheres, produção em assentamentos rurais do próprio município, sendo que 82,8% dos agricultores residem nos estabelecimentos rurais, produzem há menos de 20 anos e participam desta Feira Livre de Ilha Solteira há menos de dez anos. Pouco mais da metade dos produtores comercializa unicamente na Feira e quase dois terços obtém por meio desta parte representativa do total da renda bruta agropecuária, sendo que a principal forma de comercialização ocorre em circuitos curtos por meio de venda direta ao consumidor. A ampla diversidade da produção local possibilita que os consumidores tenham uma alimentação de qualidade, sendo imprescindível que políticas públicas sejam aplicadas e fortalecidas para que a população tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis e que estes não falem à sociedade como um todo.

Palavras-chave: Diversidade de produção e comercialização; Circuitos curtos de comercialização; Geração de renda; Agricultores familiares.

ABSTRACT

The fairs are presented as a traditional and consolidated form of commercialization, having emerged in Brazil with the Portuguese colonization process and currently predominating the free fairs that constitute an important short food supply chain for family farmers. The objective of this work is to analyze the commercialization and identify aspects of the diversity of production and the socioeconomic profile of the farmers who commercialize in the Feira Livre de Ilha Solteira-SP that takes place on Sundays, from 6 am to 12 pm, in a built area destined for this purpose, at Passeio Caracol, on Avenida Brasil Norte. Data collection was carried out through the application of a form that gathered data on the socioeconomic profile of the farmers, general aspects of the establishment in which the production takes place, type and diversity of production, other forms of commercialization and the percentage of income obtained from production and commercialization at the free fair. The analysis of the data obtained in the survey showed that the producers who sell at the Feira Livre de Ilha Solteira-SP are classified as family farmers, with a predominance of subjects with low schooling, aged over 60 years, with just over 50% women, production in rural settlements in the municipality itself, 82.8% of farmers reside in rural establishments and producing for less than 20 years and participate in this Feira Livre de Ilha Solteira for less than ten years. Just over half of the producers sell only at this Fair and almost two thirds obtain through this a representative part of the total gross agricultural income, with the main form of commercialization taking place in short food supply chains through direct sales to the consumer. The wide diversity of local production allows consumers to have quality food, being essential that public policies are applied and strengthened so that the population has increasingly access to healthy foods and that they do not lack to the society.

Keywords: Production and commercialization diversity; Short food supply chains; Income generation; Family farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui indicando a localização do município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, Brasil	24
Figura 2 - “Cartão postal” do espaço Feira Norte, onde se dá a Feira Livre de Ilha Solteira-SP	26
Figura 3 - Bancas e produtos de comercialização dos agricultores na Feira Livre de Ilha Solteira-SP	27
Figura 4 - Distribuição percentual, em função da faixa etária, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP	29
Figura 5 - Distribuição percentual, em função da escolaridade, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP	30
Figura 6 - Distribuição percentual das propriedades pesquisadas, em função das áreas em que estão distribuídas, no município de Ilha Solteira-SP	30
Figura 7 - Distribuição percentual, em função do número total de pessoas que moram e do número total de pessoas que trabalham na propriedade, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP	31
Figura 8 - Distribuição percentual das propriedades pesquisadas, em função do tamanho das áreas (em hectares), no município de Ilha Solteira-SP	32
Figura 9 - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, em função do tempo (anos) que possuem a gestão do estabelecimento, tempo (anos) que produzem neste para comercialização e tempo (anos) que comercializam para circuitos curtos, no município de Ilha Solteira-SP	33
Figura 10 - Distribuição percentual dos agricultores, em função da representatividade (%) de produtos de terceiros no total de sua venda, no município de Ilha Solteira-SP	34
Figura 11 - Distribuição percentual dos outros tipos de destinação e canais de comercialização utilizados pelos agricultores pesquisados, no município de Ilha Solteira-SP	35

Figura 12 - Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da propriedade, no município de Ilha Solteira-SP	36
Figura 13 - Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da comercialização da Feira Livre de Ilha Solteira-SP	37
Figura 14 - Distribuição (em %), quanto à origem, dos produtos comercializados pelos agricultores na Feira Livre de Ilha Solteira-SP	44
Figura 15 - Distribuição dos produtos citados como mais importantes pelos produtores feirantes	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição (nº e %) dos produtos vegetais cultivados e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados. 38

Quadro 2 - Distribuição (nº e %) das espécies ou produtos animais produzidos e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados. 41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CCC	Circuitos curtos de comercialização
CEASA	Centrais de Abastecimento S/A
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3	METODOLOGIA	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE A	55

1. INTRODUÇÃO

Uma prática de comércio antiga e tradicional, assim considerada por ser socialmente consolidada, as feiras são uma importante forma de escoamento de produção e abastecimento de alimentos à população. As feiras como meio de comercialização têm seu surgimento datado há pelo menos 2.000 anos antes de Cristo, tendo seu início no Brasil com o processo de colonização portuguesa, sendo presentes até hoje e predominando as chamadas “feiras livres” (VIEIRA, 2017).

As feiras livres representam uma importante possibilidade de participação econômica e social de assentados de reforma agrária e de agricultores familiares tradicionais. Além de serem relevantes como meio de comercialização para estes indivíduos, são valiosas enquanto local de preservação de relações socioculturais, constituindo um espaço de socialização, sobretudo sendo um espaço público, socioeconômico, cultural, dinâmico e que possibilita a preservação da autonomia dos agricultores e o fortalecimento e interação entre os saberes locais (PEREIRA *et al.*, 2017; GODOY; ANJOS, 2007).

Uma vez que os produtos chegam até estes com informações acerca de sua origem, em muitos dos casos sendo comercializados diretamente pelo produtor, as feiras livres são positivas para os consumidores, sendo caracterizadas como um tipo de circuito curto de comercialização, sendo que estes incluem outras formas de comercialização das quais os agricultores familiares podem se utilizar, como articulação de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (RETIÈRE, 2014), associações e cooperativas de produtores, comercialização diretamente nas propriedades rurais, entrega em domicílio, em restaurantes, varejo local e em lojas virtuais (DAROLT *et al.*, 2016; NAKAO, 2021).

Este trabalho teve como foco a Feira Livre de Ilha Solteira-SP. Este município está localizado na região Noroeste do Estado de São Paulo-SP, com população estimada de 26.886 pessoas (IBGE, 2021) e PIB *per capita* de R\$24.339,08, enquanto a média do Estado de São Paulo é de R\$52.009,94 (IBGE; SUFRAMA, 2019). A produção do município é representada por 83,6% de estabelecimentos de agricultura familiar, portanto 286 estabelecimentos, que conforme a estimativa a partir de dados do IBGE, estão distribuídos por uma área aproximada de 35.506 ha. As atividades

agropecuárias mais representativas no município são pecuária bovina, lavouras temporárias (especialmente a cana de açúcar), horticultura e lavouras permanentes.

O objetivo do presente estudo foi analisar a comercialização e identificar aspectos da diversidade de produção e o perfil socioeconômico dos agricultores participantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP, oriundos, em sua maioria, dos assentamentos rurais implantados no município: o Cinturão Verde, o Estrela da Ilha e o Santa Maria da Lagoa, mas há também a presença de agricultores do projeto Horta dos Aposentados e outras áreas rurais do município ou de municípios próximos. A feira ocorre regularmente aos domingos entre 6h e 12h, em uma área coberta na altura do Passeio Caracol, na Avenida Brasil Norte.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Embora as feiras livres tenham sua origem a mais de dois milênios antes de Cristo, intensificaram-se com as rotas comerciais europeias do século XVII (VIEIRA, 2017), época em que as rotas marítimas já eram bem conhecidas. No Brasil, essa popular forma de comércio foi iniciada com a colonização pelos portugueses, mantendo-se a denominação de “feiras” que remontava do período da Idade Média na metrópole Portugal (VIEIRA, 2017; ARAÚJO; RIBEIRO, 2018). As denominadas “feiras livres” são as mais disseminadas pelo Brasil (VIEIRA, 2017), havendo ainda outras configurações e adoção de outros nomes, como é o caso de feiras “da agricultura familiar”, “do produtor”, “ecológicas”, “orgânicas”, dentre outras (DAROLT *et al.*, 2013; VIEIRA, 2017; ARAÚJO; RIBEIRO, 2018).

Conforme afirma Pereira *et al.* (2017), as feiras são espaços importantes para a preservação de relações socioculturais e que permitem certa autonomia do agricultor. São também um importante meio de comercialização de produtos da agricultura familiar, concomitante ao abastecimento de produtos de características locais, baratos e saudáveis, o que garante a soberania e segurança alimentar, significando ainda um espaço de socialização, identidade regional e cultural e de articulação política. Em suma, sua relevância está “no abastecimento direto de consumidores, na geração de renda para a população rural e na animação do comércio urbano” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2018, p.561).

O funcionamento e o papel das feiras devem ser observados juntamente com a história do campo e a situação do campesinato. A predominância de agricultura de subsistência e de vendas locais dos alimentos é afetada, ao final da década de 1940, pelo advento da Revolução Verde, ocorrendo alteração da relação entre a agricultura e a indústria, com a modernização da produção agropecuária através do “pacote tecnológico” (KHATOUNIAN, 2001), aderindo-se amplamente ao uso de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, e maquinários cada vez mais especializados, o que aumentou e otimizou em curto prazo a produção de alimentos.

No caso do Brasil, país em desenvolvimento, a Revolução Verde se deu na década de 1970, já estando consolidada nos países desenvolvidos (VIEIRA, 2017). O “pacote tecnológico” surgiu como uma promessa para a resolução dos problemas da fome (GASPI; LOPES, 2008). Antes da Revolução Verde, as propriedades rurais e a produção nesta já estavam concentradas com os grandes proprietários, mas este

marco levou a menor demanda de trabalhadores nas culturas dos grandes proprietários, intensificando o desemprego dos trabalhadores rurais, produzindo deslocamento para a zona urbana e aumentando a desigualdade de renda e acesso a alimentos (GARCIA; PALMEIRA, 2001; GASPI; LOPES, 2008).

Até 1970 havia predominância de uma população rural no Brasil, sendo esta abastecida por feiras e trabalhando para o abastecimento das mesmas, uma vez que a grande maioria dos produtos comercializados nestes locais são produzidos em estabelecimentos agropecuários. Após o período de modernização, somado ao êxodo rural, o fato de as feiras possuírem pouca infraestrutura, levou a certo descrédito das mesmas, sendo consideradas formas arcaicas e marginais de comércio, por vezes concorrendo em desvantagem com o comércio fixo, visto como mais eficiente (VIEIRA, 2017).

As feiras livres são formadas pelos produtores e intermediários (ou “atravessadores”), bem como pelos consumidores. Ainda na década de 1960, surgem as Centrais de Abastecimento S/A (CEASA), o que enfraqueceu ainda mais a importância das feiras, com os itens vendidos nas feiras passando a ser comprados nesta forma de comércio, com preços fixados; tal intervenção do Estado colaborou para criação de monopólios regionais na comercialização de produtos hortícolas (GARCIA-PARPET, 1984), sendo os agricultores colocados na posição de “tomadores de preços fixados” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Apesar disso, Carmo (1994) indica que na década de 1990, 51% das famílias urbanas do Brasil compravam em feiras. Neste período, a prática de comprar os produtos para revendê-los, assumida pelos atravessadores, era muito comum, tal prática, porém, culmina em maior preço para o consumidor final e menor remuneração do produtor (VIEIRA, 2017).

O tema do campesinato relacionado com as feiras livres era escasso e tido como marginalizado nos estudos acadêmicos na década de 1990, considerados como não legítimos quando comparados aos estudos de outros mercados agrícolas (VIEIRA, 2017). Garcia-Parpet (2002) atribui à intensificação da presença dos atravessadores, atores importantes nas feiras livres e que não escoam produção própria, o reduzido interesse dos acadêmicos na função social das feiras. Araújo e Ribeiro (2018) apontam outros vieses, como o fato de que os trabalhos anteriores aos anos 2000 não tenham sido digitalizados, portanto são menos citados, indicando ainda que as pesquisas sobre agricultura familiar e segurança alimentar foram

impulsionadas a partir de estímulos de programas criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde 1998, e pela legislação para a agricultura familiar posterior a 2006. Tais autores revelam que os estudos acadêmicos sobre feiras atualmente são predominantes no Nordeste do Brasil, seguido do Sudeste.

Enquanto espaço que possibilita proximidade entre consumidores e produtores no ato da comercialização, seja com os próprios produtores atuando na venda ou com intermediários que obtêm os produtos diretamente com estes, as feiras livres são caracterizadas como circuitos curtos de comercialização (*short food supply chains*). O termo “circuitos curtos” é consolidado na literatura internacional, a exemplo da França e dos Estados Unidos, com distintas dimensões que os caracterizam, como é o caso de circuitos curtos de comercialização, circuitos curtos alimentares e circuitos de proximidade (RETIÈRE, 2014). Há ainda conceitos semelhantes, como cadeias curtas (MARSDEN *et al.*, 2000; CASSOL; SCHNEIDER, 2015), circuitos locais (MARECHAL, 2008) e mercados de proximidade (FRANÇOIS, 2000; RAMBO; FREITAS, 2019).

Circuitos Curtos (CC) são definidos por Marsden *et al.* (2000) como a iniciativa de aproximar os agricultores que produzem dos consumidores que consomem, enquanto na França, pela definição de Chaffote e Chiffolleau (2007), são circuitos de distribuição de alimentos em que há no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor. Esta última é a definição mais recorrente, embora outras características importantes possam ser destacadas nos CC, como por serem “modos de troca e circulação de mercadorias de forma justa e solidária para ambas as partes: produtores e consumidores” (DAROLT *et al.*, 2013, p.9).

Cassol e Schneider (2015) englobam os CC como um elemento central do que chamam de redes agroalimentares alternativas (*alternative food networks*), dado que formam redes de distribuição alimentar alternativas ao modo convencional, sendo formadas pelos produtores, consumidores e outros agentes que atuam de forma alternativa ao padrão industrial de abastecimento alimentar. Ao se oporem às lógicas de industrialização e globalização na distribuição de alimentos, apontam para um novo modelo de desenvolvimento, o que por outro lado pode ainda promover mudanças no sistema de produção (RETIÈRE, 2014), notando-se que as propriedades que se inserem em CC são mais diversificadas em sua amplitude de produtos de origem animal e vegetais (DAROLT *et al.*, 2013).

Situados na literatura como importantes atores nos CC, os consumidores desempenham um papel inovador nas formas de organização dos processos de produção, sendo características das redes alternativas o enraizamento social (*embeddedness*), construindo-se estes mercados socialmente, com base nos hábitos e cultura alimentar local (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Darolt *et al.* (2013) destacam que a produção inserida em CC é especialmente adaptada para responder às demandas dos consumidores, sendo essas experiências bem-sucedidas quando ligadas a um sistema agroalimentar territorializado, com a articulação dos atores engajados (DAROLT *et al.*, 2013; RETIÈRE, 2014). Com tudo isso, os circuitos curtos se distinguem dos “circuitos dominantes”, definindo-se e posicionando-se como alternativos (RETIÈRE, 2014).

Marsden *et al.* (2000) designam a ocorrência dos CC em três modalidades, sendo estas a face a face, em que o consumidor adquire os produtos diretamente com o produtor; proximidade espacial (ou cadeias de proximidade espacial) consiste em os produtos sendo originados e comercializados em mercados locais e regionais em que o consumidor conhece sua origem; espacialmente estendida, em que é feito saber aos consumidores a origem dos produtos por meio de certificação, por vezes através de selos. Ainda, CC podem ser distinguidos em casos de venda direta, em que o produtor entrega seus produtos diretamente ao consumidor; e venda indireta através de um único intermediário, seja através de mercados locais, entrega em domicílio, associações e cooperativas (DAROLT *et al.*, 2013). O caso das feiras livres é caracterizado mais comumente pela modalidade face a face e por venda direta, contando com os atravessadores que atuam, há ainda a venda indireta.

Schneider e Ferrari (2015) destacam que CC se caracterizam enquanto alternativas a partir de três dimensões, as espaciais, sociais e econômicas. Espacial se refere a promover redução da distância dos alimentos entre produtor e consumidor; social se deve a promoção do contato face a face, estabelecendo-se nas relações socioculturais a confiança entre produtor e consumidor; econômica devido a possibilidade de obter maior valor na venda de seus produtos nos mercados locais criados. Para fortalecer os CC e a integração com o consumidor, Retière (2014) observa que os produtores buscam a diversificação dos produtos vendidos, valendo-se de três estratégias, sendo estas a diversificação da produção nos sistemas agrícolas; o processamento e beneficiamento de alimentos; e a complementação da

gama de produtos recorrendo a intermediários. Ainda, é importante considerar as relações sociais e o acesso aos mercados, por vezes os produtores encontram dificuldade no que se refere as condições materiais e sociais de acesso.

Uma vez que os circuitos curtos de comercialização e as feiras livres, especialmente, permeiam o universo da agricultura familiar, demanda-se então abordar esta temática. Diferente dos CC, a agricultura familiar possui uma definição prevista na legislação brasileira, de modo que os caracterizados como agricultores familiares precisam atender simultaneamente aos seguintes requisitos:

(...) não detenha mais que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra de sua própria família em suas atividades econômicas, tenha renda familiar predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e dirija o seu estabelecimento com a família (BRASIL, 2006).

Schneider e Cassol (2013) e Del Grossi (2019) destacam que a afirmação institucional mais relevante entre 1996 e 2006, e potencialmente de todo o histórico da agricultura familiar no Brasil é a aprovação desta Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). Extrativistas, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais podem também ser beneficiários desta lei, atendendo aos requisitos previstos e eventuais legislações específicas (DEL GROSSI, 2019). O segmento é significativo ao apresentar função ambiental, econômica e social, tendo como objetivo a diversificação de cultura na produção, buscando permitir abastecimento alimentar e renda ao longo de todo o ano (CARVALHO; GROSSI, 2019).

A década de 1990 é um importante marco para a agricultura familiar no Brasil, ocorrendo transformações nos aspectos social, econômico e político, Schneider e Cassol (2013) estabelecem três fases acerca do debate político e intelectual da agricultura familiar no Brasil, a primeira, que se deu entre 1990 e 1995, é marcada pela afirmação política e acadêmica da agricultura familiar, respectivamente no âmbito de movimentos sociais/sindical e no meio acadêmico, com o surgimento de estudos, livros, pesquisas; a segunda fase, entre 1996 e 2006 destaca-se pela criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), consolidando-se a agricultura familiar no campo político institucional, tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas do desenvolvimento

rural; e a terceira fase, já consolidada a Lei 11.326, tem seu início estimado pelos autores a partir da publicação Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) com os dados sobre a agricultura familiar, o mesmo tendo se repetido em 2017 (IBGE, 2017).

Assim, o PRONAF, criado em 1996, pelo Decreto nº 1.946, é historicamente a principal política de apoio à agricultura familiar no Brasil, caracterizada por financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (CASTRO; PEREIRA, 2017), prevendo-se quatro modalidades, sendo estas o financiamento da produção, financiamento de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e qualificação dos agricultores familiares e financiamento da pesquisa e extensão rural (MATTEI, 2007). Em 2008 com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), o Pronaf Infraestrutura e Serviços, que destinava recursos para obras em municípios prioritários (menos desenvolvidos) passou a ter abrangência regional e a ser gerido no âmbito do Pronat (SABOURIN, 2017).

Del Grossi (2019) destaca que os agricultores familiares que recebem PRONAF do Grupo V produzem até uma média de R\$ 196,00 a cada 100ha, contrastados com R\$ 132,00 da média da agricultura familiar em geral e R\$ 133,00 da agricultura não familiar.

O PRONAF foi sendo modificado com o passar dos anos (SCHNEIDER; CASSOL, 2013), mas as alterações mais expressivas em políticas para a agricultura familiar se deram no sentido da instituição do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017) que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, a fim de regularizar o estabelecido na Lei 11.326 (BRASIL, 2006). Ainda em 2017 a identificação dos agricultores familiares para acesso às políticas públicas foi normatizada por uma nova versão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com a Portaria Sead nº 234, de 4 de abril de 2017 (BRASIL, 2017) e posteriormente a Portaria SAF/Sead nº 001, de 13 de abril de 2017 (BRASIL, 2017), que dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, suspensão, cancelamento e exercício de controle social da DAP (DEL GROSSI, 2019).

Outras políticas favoráveis a agricultura familiar, as quais surgiram após o advento do PRONAF, são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas foram criados em 2003, tendo o PAA intensificado seu desenvolvimento em 2004, enquanto uma das medidas do programa “Fome Zero” (2003), a fim de atender populações, urbanas ou rurais, em situação de risco alimentar, com produtos adquiridos da agricultura familiar. Schmitt (2005) considera que o PAA vai além de ofertar produtos com um baixo custo, ao apresentar a abordagem da segurança alimentar e promover novos circuitos de abastecimento.

O PNAE teve nova regulamentação, em 2009, com destaque para o estabelecimento da diretriz de que pelos menos 30% dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar. Ao contemplar o setor da alimentação escolar, este Programa articula apoio à agricultura familiar com a segurança alimentar da população geral, especialmente os indivíduos na etapa da Educação Básica (RETIÈRE, 2014). Tais políticas asseguram a renda de muitos agricultores familiares, bem como impulsionam os circuitos curtos por promoverem o comércio e produção locais, sem a participação de intermediários (RAMBO *et al.*, 2019), constituindo por si próprias possibilidades de CC.

Uma vez que na década de 1990 a agricultura familiar esteve desamparada pelo poder público, levando ainda algum tempo até que fosse adequadamente reconhecida (SCHNEIDER; CASSOL, 2013; VIEIRA, 2017), considera-se que o escoamento da produção é historicamente uma grande dificuldade para esses agricultores, especialmente para uma grande parte que possui baixa renda, bem como baixo grau de escolaridade (VIEIRA, 2017). Diante disso, Exime *et al.* (2021) informam que os CC se mostram promissores para o escoamento de produção advinda da agricultura familiar, destacadamente no caso das feiras livres.

Atualmente no Brasil, conforme o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar é representada por 77% dos estabelecimentos rurais do país, ocupam 23% da área total e são responsáveis também por 23% da produção agropecuária do país (IBGE, 2019). Del Grossi (2019) analisa que a agricultura familiar representa dois terços (2/3) das ocupações no campo, uma vez que é um segmento com uso intensivo de mão de obra em suas atividades agropecuárias (12,5 pessoas ocupadas por cada 100ha), em contrapartida a agricultura não familiar emprega somente 1,8 pessoas por 100ha. Quanto ao valor da produção por hectare, os dois segmentos se equivalem,

sendo que o familiar produz em média R\$ 132,00/ha, enquanto o não familiar apresenta média de R\$ 133,00/ha (DEL GROSSI, 2019).

Por vezes, mídias veiculam que agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil, o que não é verdadeiro, mas não por isso a agricultura familiar deixa de ser relevante para o país, compondo quantidade considerável da produção agropecuária e possibilitando a subsistência de famílias (HOFFMANN, 2014), a qual é possibilitada em grande parte pelo autoconsumo, que é predominante entre os residentes rurais, portanto a produção agroalimentar serve em primeiro lugar para o abastecimento das famílias agricultoras (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

A produção da agricultura familiar comumente contribui também na comercialização e obtenção de renda (GRISA *et al.*, 2010), mas sem reduzir o autoconsumo, ou seja, não há correlação de aumento ou diminuição entre mercantilização da agricultura e autoconsumo alimentar (VAN DER PLOEG, 1990; GAZOLLA, 2004). Assim, Maluf *et al.* (2001) afirmam que a agricultura familiar é relevante para as famílias pelo potencial de autonomia para o autoabastecimento alimentar, concomitante a segurança alimentar.

Grisa *et al.* (2010) consideram que a segurança alimentar é estabelecida a partir de quatro princípios, sendo estes: acesso aos alimentos, qualidade nutricional dos alimentos, fornecimento de uma alimentação coerente com os hábitos de consumo locais e a diversidade de alimentos que podem ser produzidos e consumidos, o que pode ser alcançado pela produção nas unidades familiares e o alcance do autoconsumo. Em vista disso, a agricultura familiar, definida enquanto um modo de vida, é destacada por ser capaz de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais (LIMA *et al.*, 2019).

Uma vez que a agricultura familiar possibilita segurança alimentar nas unidades familiares, com a mercantilização de sua produção é possível também partilhar desta segurança alimentar com os consumidores, uma vez que estes conhecem acerca do local e modo de produção dos alimentos, bem como podem adquirir alimentos com valor acessível, convergindo a importância da agricultura familiar, circuitos curtos e segurança alimentar (GRISA *et al.*, 2010; DAROLT *et al.*, 2013; PEREIRA *et al.*, 2017). Circuitos curtos, portanto, potencializam a segurança alimentar de agricultores e consumidores (RAMBO *et al.*, 2019), a partir de práticas alimentares promotoras da

saúde e que respeitam a diversidade cultural, além de serem sustentáveis nas dimensões ambiental, cultural, econômica e social (MALUF, 2007; GALLINA *et al.*, 2012).

Apesar da recente diversificação de estratégias de comercialização da produção em circuitos curtos (DAROLT *et al.*, 2013), desde os últimos 50 anos as feiras encerram o espaço predominante para a comercialização de produtos da agricultura familiar, aliado à venda para intermediários (SACCO DOS ANJOS; BECKER, 2014). As feiras livres são adotadas como canal de comercialização que permite contato direto com o consumidor e ausência de intermediários, associado aos fatores de barganha, perecibilidade e logística (CARVALHO; GROSSI, 2019). Portanto, as feiras são importantes para os agricultores familiares enquanto uma alternativa de renda (RAMBO *et al.*, 2019), tradicional e representativa para os feirantes (VIEIRA, 2017), não apenas economicamente, mas também no aspecto da possibilidade de interação e socialização com os consumidores (FONTANA; LIMA, 2018).

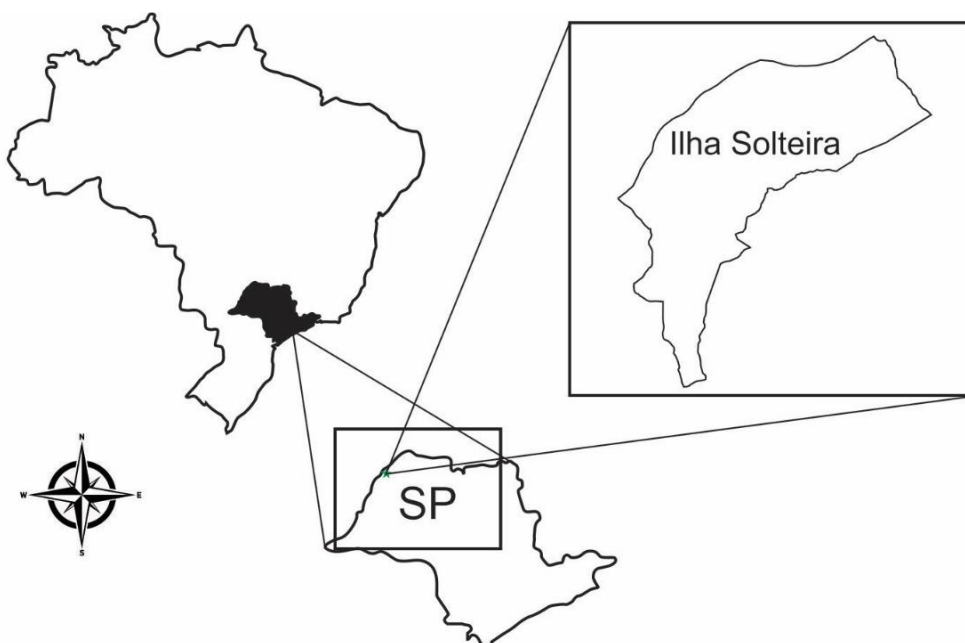
A comercialização em feiras, por parte dos agricultores familiares, aliado à frequência e intimidade com os consumidores, incorpora no cotidiano a diversidade regional e as tipicidades do espaço onde funciona (SPECHT *et al.*, 2018). Feiras possuem a primazia de preservar relações socioculturais, fortalecerem laços e saberes locais, indo muito além do abastecimento de produtos com características locais, saudáveis e com preços acessíveis, destacando-se enquanto espaço de socialização, identidade regional e cultural, bem como de articulação política (PEREIRA *et al.*, 2017).

3. METODOLOGIA

O interesse desta pesquisa é de caracterizar os agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP quanto aos aspectos socioeconômicos deste conjunto de agricultores e a diversidade de produção.

O município de Ilha Solteira faz parte da Microrregião Geográfica de Andradina e da Mesorregião de Araçatuba (Figura 1), no noroeste do Estado de São Paulo (IBGE, 2020). Possui uma área de 652,64 km² (IBGE, 2022) e população estimada de 26.886 pessoas, conforme o último Censo Demográfico (IBGE, 2021).

Figura 1 – Croqui com a localização do município de Ilha Solteira no Estado de São Paulo e no Brasil.



Fonte: próprio autor, 2022.

Os agricultores do município estão distribuídos majoritariamente pelos assentamentos, sendo estes o Assentamento Estrela da Ilha, o Assentamento Santa Maria da Lagoa, e o Assentamento Cinturão Verde, além de pequenas áreas rurais denominadas rocinhas familiares (ROCHA JUNIOR *et al.*, s.d.), e pelo Projeto Horta dos Aposentados. Estes espaços foram implantados ao longo da história do município, o Cinturão Verde, criado pela CESP em 1984, e que inicialmente era composto de 90 lotes; enquanto os outros dois assentamentos, ambos instalados em 2005, são resultado da luta pela terra na região. O Estrela da Ilha é composto por 209 lotes, e o

Santa Maria da Lagoa, com 75 lotes, conforme informado por Froes e Sant'Ana (2019). A Horta dos Aposentados é um projeto que teve sua implantação em 1985, por meio de iniciativa da Associação dos Aposentados do município (MARTINS *et al.*, 2009).

A fim de constituir um conjunto de textos que embasassem a proposta do trabalho e possibilitassem a discussão dos resultados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que conforme Andrade (2010), intenciona a atualização do conhecimento e é necessária para a delimitação do tema de pesquisa, o desenvolvimento do assunto, as citações, e as considerações a serem realizadas. A realização de pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2021), é justamente a primeira fase de uma pesquisa de campo, como se configura este trabalho, uma vez que se tem o objetivo de conseguir informações acerca de um problema, em busca de uma resposta ou de observar relações no contexto. Chizzotti (2017, p.48) orienta que a execução da pesquisa de campo demanda estabelecer um cronograma, coletar os dados, e analisar os resultados, para que se possa realizar a redação do texto; e no caso da coleta de dados, este trabalho voltou-se para “realizar a entrevista de acordo com os objetivos da pesquisa” Este mesmo autor caracteriza as entrevistas como “uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” (CHIZZOTTI, 2017, p.45) e as define como livre; estruturada; ou semiestruturada. Gil (2019) afirma que a técnica de entrevista para a coleta de dados é recorrente na pesquisa em ciências sociais e possibilita a obtenção de diversos aspectos da vida social.

O questionário utilizado para a coleta de dados na presente pesquisa (Apêndice A) foi aplicado na forma de uma entrevista estruturada na grande parte de suas questões, com os sujeitos respondendo sobre perguntas específicas, mas dado a conjuntura de sua aplicação, há um espaço para observações que valoriza os discursos livres suscitados pelas perguntas-chaves e o necessário diálogo, assim há uma abertura para o caráter de uma entrevista semiestruturada (CHIZZOTTI, 2017). Ainda, conforme este autor, este questionário foi testado, com agricultores os quais já havia sido estabelecida comunicação - “presumíveis informantes” - “para se identificar problemas de linguagem, de estrutura lógica ou das demais circunstâncias que podem prejudicar o instrumento” (CHIZZOTTI, 2017, p.56). Para o adequado desenvolvimento da entrevista, são necessários cuidados na preparação do roteiro,

no estabelecimento do contato inicial com os sujeitos, na formulação das perguntas e registro das respostas, dentre outros (GIL, 2019).

A Feira Livre de Ilha Solteira-SP (Figura 2) ocorre regularmente aos domingos, entre 6h e 12h, em uma área coberta, construída e destinada a esta finalidade na altura do Passeio Caracol, na Avenida Brasil Norte (Figura 3). Os feirantes se distribuem em bancas fixas no local, espaço nomeado Feira Norte, fornecido pela prefeitura do município.

Figura 2 – “Cartão postal” do espaço Feira Norte, onde é realizada a Feira Livre de Ilha Solteira– SP.



Fonte: Pokémon GO (aplicativo), 2022.

Assim, a Feira Norte conta com bancas fixas e numeradas, bem como banheiros e torneiras nas entradas para lavar as mãos, sendo disponibilizado sabão e álcool para higienização. Há uma parte central, em que estão as bancas fixas, mas agricultores que se inseriram mais recentemente na feira se instalam montando as próprias bancas em um espaço que inicialmente foi designado como estacionamento da feira. Esta feira livre é considerada a principal forma de varejo em que os agricultores atuam na comercialização direta de seus produtos reduzindo aspectos burocráticos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012).

Figura 3 – Vista parcial de bancas e produtos de comercialização dos agricultores na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

A coleta dos dados foi realizada entre maio e julho de 2021, a partir de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados na forma de entrevista com os(as) produtores feirantes, totalizando 29 entrevistados(as). As perguntas selecionadas envolvem questões referentes aos(as) agricultores(as) quanto ao perfil socioeconômico, dados gerais do estabelecimento em que se dá a produção, diversidade de produção e aspectos da comercialização (Apêndice A).

Os dados obtidos foram organizados em planilha, sistematizados e elaborados gráficos para melhor visualização e análise, realizada por meio de estatística descritiva (SILVESTRE, 2007), comparando os resultados com outros trabalhos científicos relacionados ao tema da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

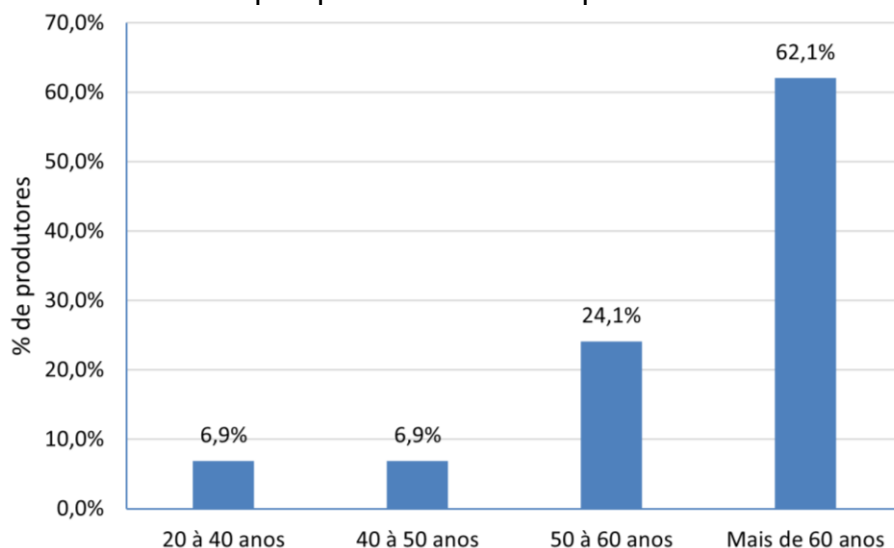
A partir das entrevistas e da organização das respostas coletadas, foi possível identificar o perfil dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira. A seguir são apresentadas as características destes sujeitos, discutindo-se alguns aspectos julgados relevantes.

Neste conjunto de feirantes, 55,2% são do sexo feminino e 44,8% do sexo masculino. Garcia (1992) constatou, no Nordeste brasileiro, que as feiras são mais comumente constituídas enquanto espaços masculinos (GARCIA, 1992). No município de Jales-SP (Noroeste Paulista) foi encontrada predominância de agricultores do sexo masculino responsáveis pelo estabelecimento em pelo menos dois levantamentos (NAKAO; SANTANA, 2020; NAKAO, 2021), mas estes agricultores estavam, em vários casos, acompanhados de suas esposas, as quais frequentemente são responsáveis pela comercialização na feira. Viegas (2016) observa em uma feira no Sul uma maioria de bancas constituídas por casais que trabalham juntos, em vista da sociedade patriarcal, sendo o marido responsável pelo negócio. No presente estudo, observou-se, com alguma frequência, bancas constituídas por casais, porém com casos em que nenhum dos dois assume uma posição de liderança na comercialização, ou com mulheres responsáveis sozinhas pelas bancas. Garcia (1992) observa crescimento do número de feirantes mulheres no Nordeste na década de 1980, mas indica que a participação destas se limitava a setores de produtos alimentares considerados menos nobres, como farinha, cereais e carne, o que é distinto do presente caso. Nakao (2021) menciona que é frequente que as mulheres trabalhem diariamente com seus maridos nas atividades agropecuárias, além de exercer atividades domésticas e participar da comercialização de alimentos. Araújo e Ribeiro (2018) consideram o tema controverso e destacam diferenças entre produtos, regiões e épocas.

A faixa etária predominante entre os agricultores (Figura 4) é de mais de 60 anos (62,1%), seguido de quase um quarto entre 40 a 50 anos (24,1%) encontrando-se baixo número de pesquisados (6,9%) mais jovens (menos de 40 anos). O perfil observado neste conjunto é distinto do encontrado por Lima (2012), Viegas (2016) e Nakao (2021), nenhum destes estudos tendo observado percentual maior que 30% para a faixa etária acima de 60 anos. Reforça-se aqui o alertado por Nakao (2021) ao apontar para a ausência de agricultores com menos de 30 anos, dado que é

preocupante tendo em vista a participação, no futuro, desse segmento social nas feiras livres municipais.

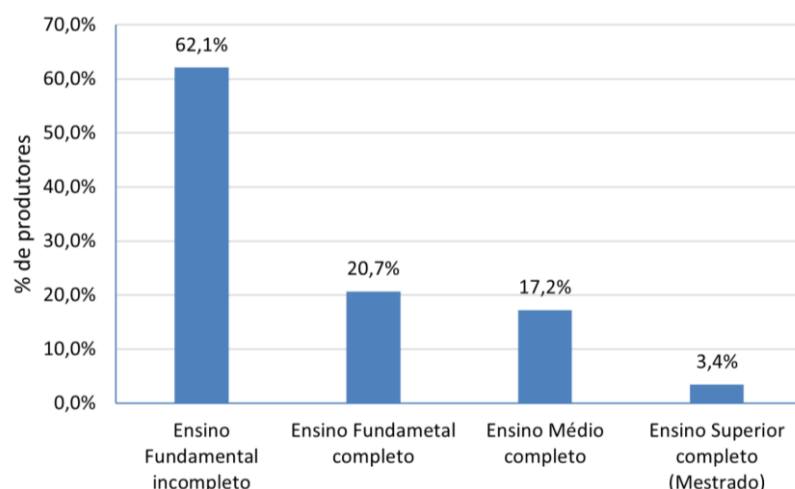
Figura 4 – Distribuição percentual, em função da faixa etária, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

A maioria dos entrevistados não concluiu o Ensino Fundamental (Figura 5), menos de um quarto (20,7%) completou esta etapa, poucos concluíram o Ensino Médio (17,2%) e somente um (3,4%) cursou o Ensino Superior. Esta característica do perfil dos agricultores em feiras livres é pouco debatida e apresenta quadros distintos em várias ocasiões. É incomum encontrar a presença de feirantes com ensino superior completo, ainda que o mesmo tenha sido relatado por Vieira (2017). Aqui desponta a presença de indivíduos com Ensino Fundamental incompleto, tal baixo índice de escolaridade afeta os agricultores, uma vez que podem enfrentar dificuldades para “incorporar algumas inovações que exigem conhecimentos e habilidades ligadas à educação formal” (NAKAO, 2021, p.39).

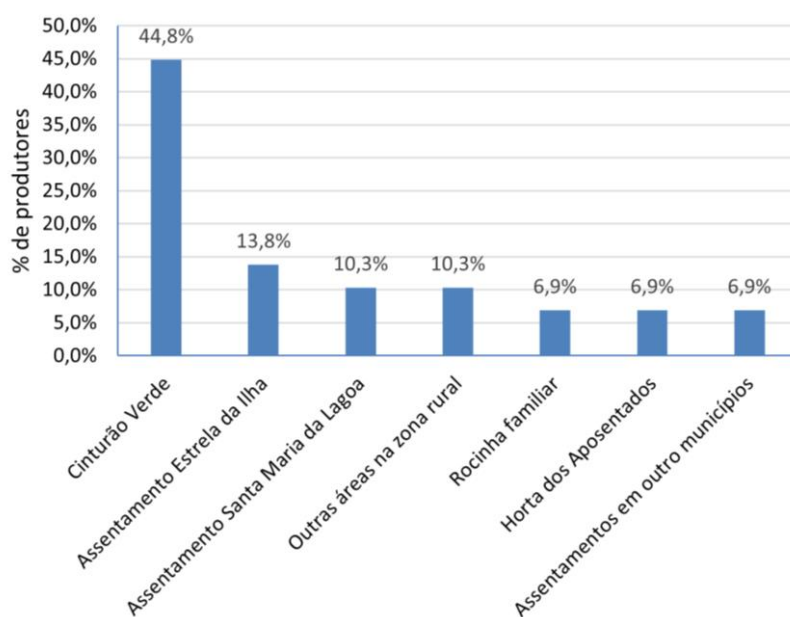
Figura 5 – Distribuição percentual, em função da escolaridade, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Os estabelecimentos rurais em que se dá a produção estão distribuídos (Figura 6) pelos assentamentos rurais Cinturão Verde (44,8%), Estrela da Ilha (13,8%), Santa Maria da Lagoa (10,3%) e assentamentos de outros municípios (6,9%); e pelas áreas Horta dos Aposentados (6,9%), “Rocinha Familiar” (6,9%) e outras áreas na zona rural (10,3%). Observa-se a participação expressiva na Feira Livre dos agricultores do Cinturão Verde, assentamento rural mais antigo do município.

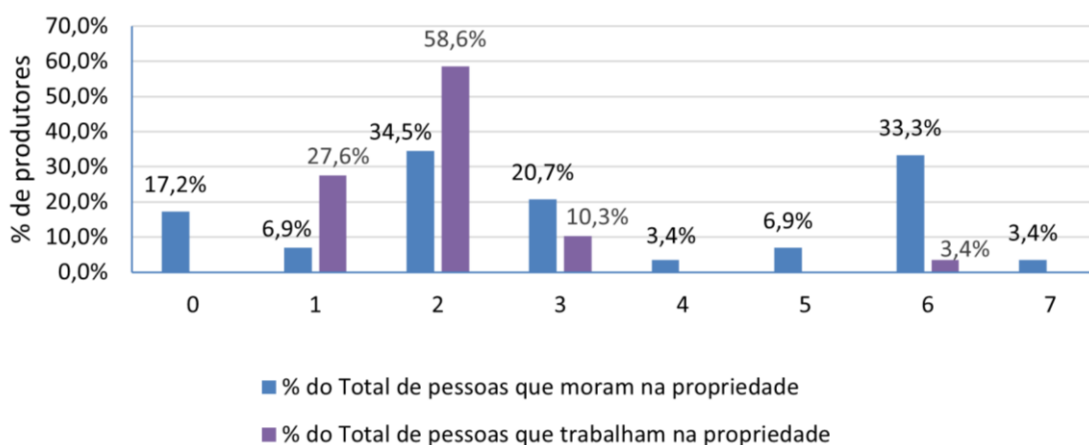
Figura 6 – Distribuição percentual das propriedades pesquisadas, em função das áreas em que estão distribuídas, no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Estes feirantes, em sua maioria (82,8%), são residentes no estabelecimento rural em que produzem (Figura 7), sendo que cinco deles (17,2%) frequentam a área com a finalidade de cuidar da produção, mas residem na área urbana. Na maior parte dos casos, apenas duas pessoas residem no estabelecimento (34,5%) e esta mesma quantidade trabalha com a produção (58,6%). Destacam-se ainda os casos em que seis pessoas residem na propriedade (33,3%), mas em apenas um caso este é o número da mão-de-obra que trabalha no local. Estes valores destoam, devido ao fato de que em alguns casos os residentes não produzem no local, alguns dos membros da família possuindo outras ocupações, mas também porque há casos em que diaristas se somam à mão-de-obra em algumas propriedades, o que ocorre em reduzida parte dos casos, tal qual foi observado por Viegas (2016), o que é relevante para compreender a predominância da agricultura familiar entre os agricultores participantes da Feira.

Figura 7 – Distribuição percentual, em função do número total de pessoas que moram e do número total de pessoas que trabalham na propriedade, dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP.

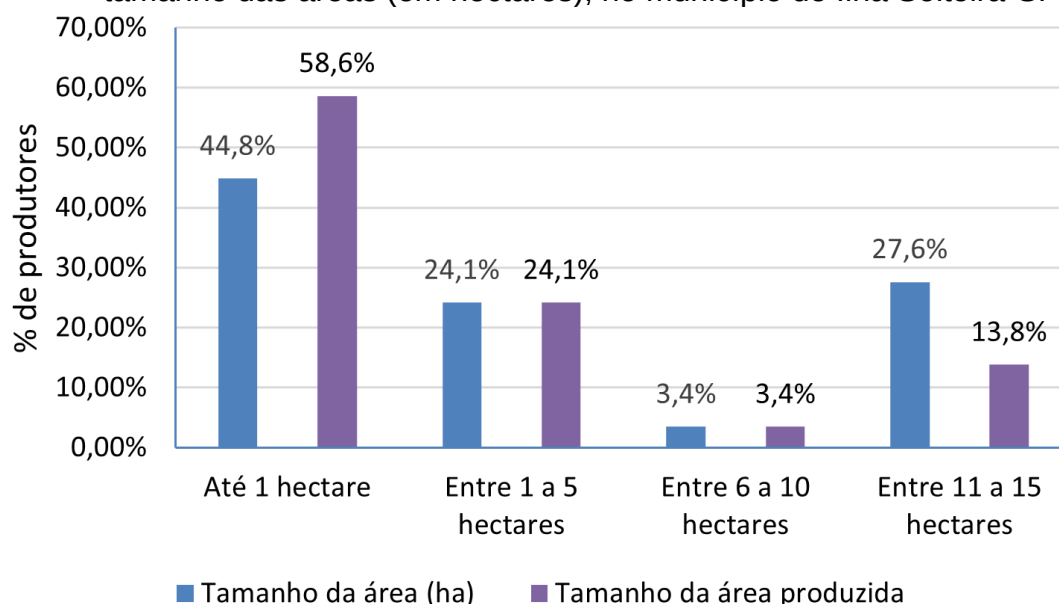


Fonte: Próprio autor, 2022.

Os agricultores foram perguntados acerca do tamanho da área total do estabelecimento e o tamanho da área em que efetivamente há produção (Figura 8). Quase a metade (44,8%) produzem em estabelecimentos com área menor do que 1,0 hectare (ha), e um pouco mais que a metade (58,6%) informaram utilizar uma área para a produção com menos de 1 ha. Os respondentes cujo tamanho do estabelecimento é de entre 1 a 5 ha 24 foram 13,8% dos entrevistados e entre 6 a 10

ha foi o valor informado por 3,4% do total. Entre 11 a 15 ha é o tamanho do estabelecimento em que produzem 27,6% dos agricultores, mas apenas 13,8% informaram ocupar esta faixa de área com a produção. Nos referimos à área em que produzem e não do estabelecimento rural, pois há casos em que a área é cedida aos agricultores. O valor do módulo fiscal em Ilha Solteira é de 30 ha, nenhum dos produtores que comercializa na Feira Livre excede nem mesmo a metade deste valor. Os dados da distribuição do tamanho dos estabelecimentos rurais são semelhantes ao encontrado por Godoy (2005), Thomé (2017) e Nakao (2021).

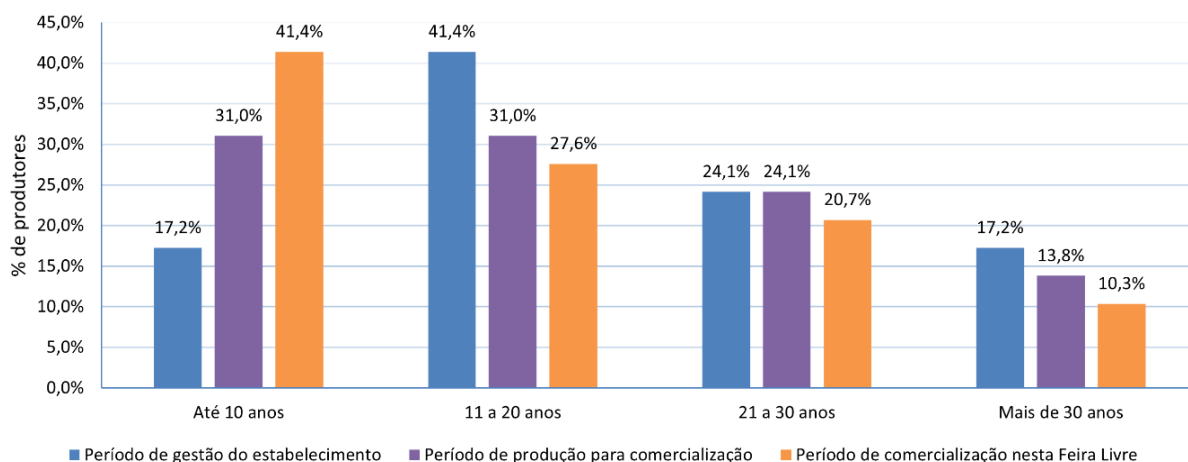
Figura 8 – Distribuição percentual das propriedades pesquisadas, em função do tamanho das áreas (em hectares), no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Identificou-se também, no levantamento, o período do qual os agricultores possuem a gestão do estabelecimento em que produzem, período de produção nesta área com a finalidade de comercialização e período de atuação nesta Feira Livre (Figura 9).

Figura 9 – Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, em função do tempo (anos) que possuem a gestão do estabelecimento, tempo (anos) que produzem neste para comercialização e tempo (anos) que comercializam nesta Feira Livre, no município de Ilha Solteira-SP.



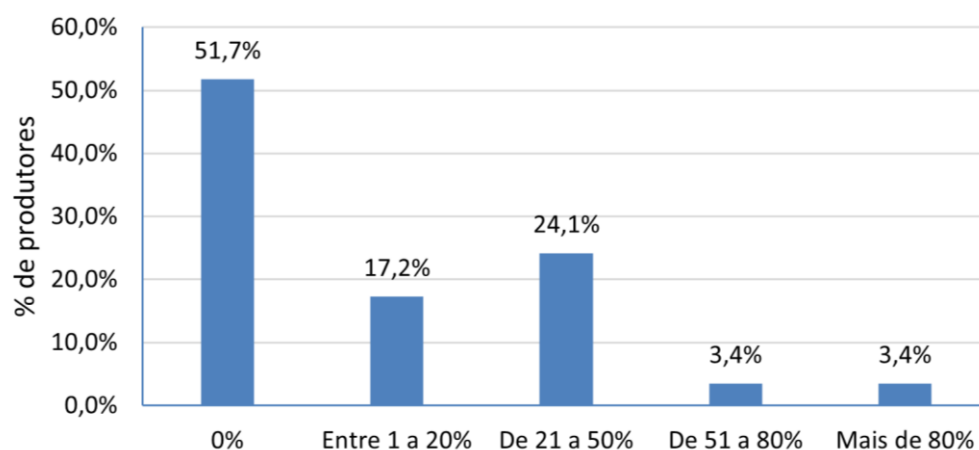
Fonte: Próprio autor, 2022.

Observa-se neste conjunto a predominância de agricultores que comercializam a menos tempo nesta Feira Livre (até 10 anos, 41,4%), proporção semelhante demonstra a predominância no que se refere ao tempo em que estes agricultores possuem a gestão do estabelecimento (entre 11 e 20 anos), e no caso do tempo que produzem com a finalidade de comercializar, ambas as faixas de tempo (até 10 anos; 11 a 20 anos, 31,0%) se destacam com 31% do total, cada uma. Há mais de 30 anos produzindo para comercialização e escoando a produção nesta Feira Livre estão a menor parte dos agricultores, respectivamente 13,8% e 10,3%. Apenas 10,3% dos pesquisados gerem o estabelecimento há mais de 30 anos, percentual semelhante ao dos que o fazem há menos de 10 anos. Deste modo, em contraste com a faixa etária elevada dos agricultores que comercializam nesta Feira Livre, encontra-se aqui a predominância de atores que produzem em seus estabelecimentos e comercializam há menos tempo na mesma. Também produzem com a finalidade de comercialização há menos tempo (menos de 20 anos, nestes casos).

Levantou-se com relação as práticas de comercialização dos feirantes qual é o percentual de produtos de intermediários no total de sua venda (Figura 10). A maioria não revende produtos (51,7%), alguns produtores eventualmente se utilizam desta estratégia, enquanto são poucos os agricultores que chegam a vender nesta feira mais que 51% de produção obtida de intermediários. Viegas (2016) também observou maior representatividade da venda de produtos de produção própria, destacando que

há casos em que as vendas de intermediários estão associadas a comercialização de produtos entre vizinhos, caracterizando o aspecto da proximidade espacial nos circuitos curtos (MARSDEN *et al.*, 2000).

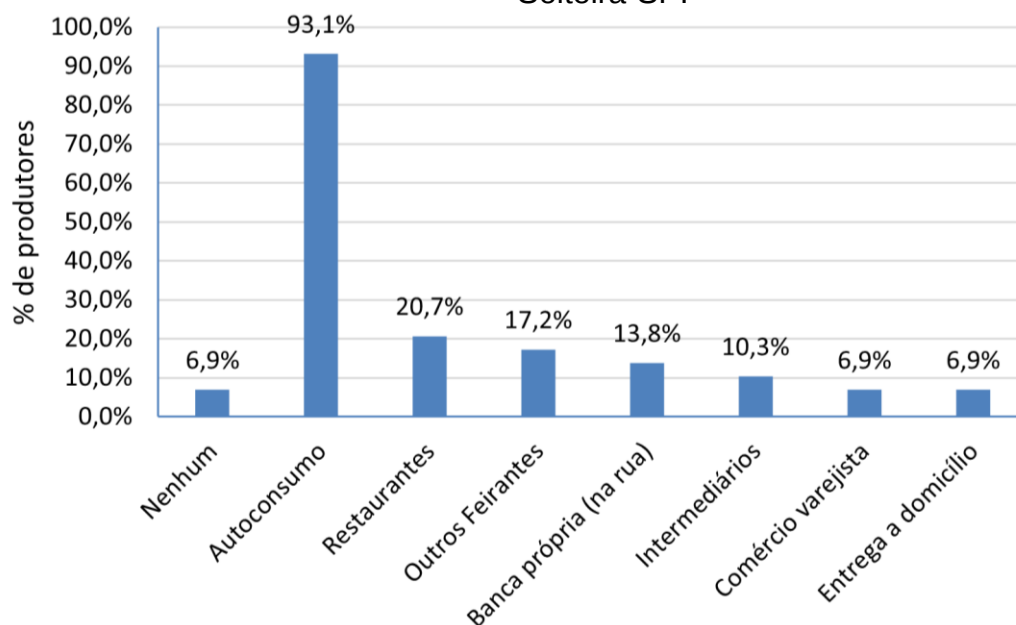
Figura 10 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da representatividade (%) de produtos de terceiros no total de sua venda, no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

A produção destes feirantes pode ainda dirigir-se a seis outras formas de comercialização (Figura 11), não sendo nenhuma predominante, tendo algum destaque a venda para restaurantes (20,7% do total), outros feirantes (17,2% do total) e em banca própria na rua (13,8% do total). Anteriormente Froes e Sant'Ana (2019) realizaram semelhante estudo com as duas feiras que ocorriam em Ilha Solteira-SP entre dezembro de 2016 e março de 2017, ocasião em que 57,9% dos produtores afirmaram não possuir outra forma de comercialização, e, de forma semelhante, 51,7% dos agricultores que entrevistamos informaram não possuir outra forma de comercialização. Froes e Sant'Ana (2019) identificam também as possibilidades de comercialização através da Conab, em residência ou na rua e para intermediários, sendo outras alternativas identificadas no presente trabalho. Apenas 6,90% não indicaram nenhuma outra destinação para sua produção e 93,10% informaram realizar autoconsumo (Figura 11), característica da agricultura familiar (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

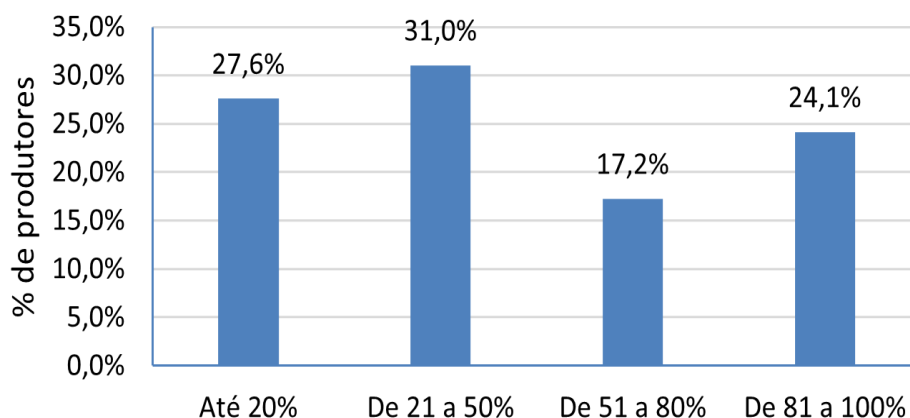
Figura 11 - Distribuição percentual dos outros tipos de destinação e canais de comercialização utilizados pelos agricultores pesquisados, no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

A compreensão da importância da agricultura e da comercialização na feira inclui conhecer a renda obtida pelos feirantes por meio da produção e desta forma de comercialização. O percentual de renda obtido através da propriedade pelos agricultores desta Feira Livre (Figura 12) não apresentou um perfil que se destacasse muito com relação aos demais, de modo que pouco mais que um quarto (27,6%) informou obter da produção até 20% da renda, quase dois terços (31%) informaram obter entre 21 a 50%, a faixa menos informada foi a de 51 a 80% (17% dos pesquisados) e quase um quarto (24,1%) informaram obter 81 a 100% de sua renda dessa forma. Orientados por questionamentos semelhantes, em Jales-SP, dois terços dos feirantes afirmaram obter 81 a 100% da renda de sua propriedade, enquanto nenhum informou obter menos de 20% (NAKAO, 2021).

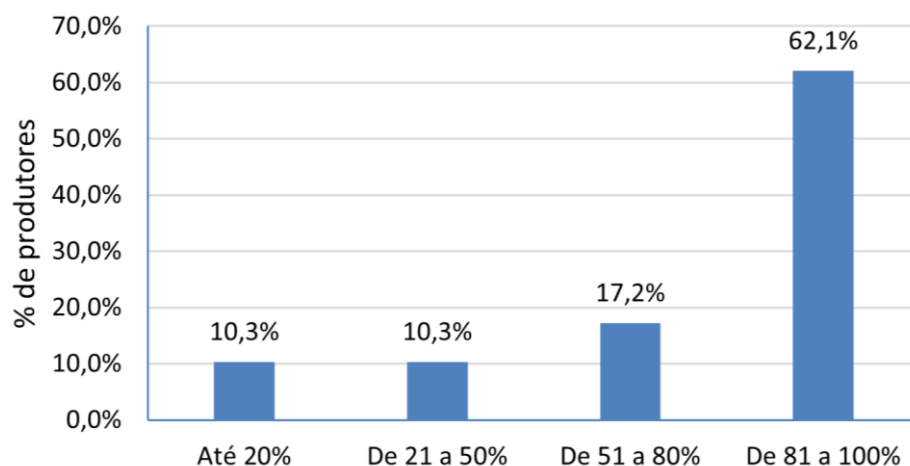
Figura 12 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da propriedade, no município de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

As informações levantadas quanto ao percentual da renda total obtida pelos agricultores através da comercialização na Feira Livre de Ilha Solteira (Figura 13) indicam que somente 10,3% dependem bem pouco desta, que são os casos em que o valor obtido representa até 20% da renda agropecuária familiar; também 10,3% declararam que a renda auferida na Feira situa-se entre 21 a 50% da renda familiar originária do estabelecimento; um percentual um pouco maior (17,2%) indicaram que entre 51 e 80% da renda agropecuária familiar é proveniente da comercialização na Feira; mas são predominantes os agricultores (62,1% do total) em que esta forma de comercialização representa de 81 a 100% da renda agropecuária familiar. Pereira *et al.* (2017) reportam em um conjunto de agricultores que comercializam em feira a frequência de 27% que obtém o total da renda por meio daquela atividade e 9% em que “quase toda a renda” provém da feira. Estes autores destacam a limitação de qualquer tentativa de levantamento quantitativo da renda dos agricultores, uma vez que há vieses que dificultam tal objetivo, como a diversidade de fontes de renda, a diversidade e difícil mensuração da produção para autoconsumo e a sazonalidade da produção. Acrescenta-se aqui que há agricultores que ao receber esse questionamento explicitam seu raciocínio de cálculo, no qual nota-se que levam em conta gastos como o transporte até a feira, por exemplo. Essa observação desvela que por vezes os entrevistados podem informar valores de renda líquida, enquanto outros de fato informam a renda bruta, logo, mostra-se difícil consolidar este perfil.

Figura 13 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da comercialização na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Os dados levantados com relação ao perfil socioeconômico deste conjunto de agricultores conduzem a compreensão de que são atores da agricultura familiar, uma vez que predomina a participação de indivíduos da família na produção, contando-se poucas vezes com a contratação de diaristas, bem como todos estes agricultores são minifundiários, nenhum deles possuindo propriedade maior que um módulo fiscal. Os atores inseridos neste espaço de comercialização são também considerados como atores inseridos em circuitos curtos de comercialização, uma vez que são identificados os aspectos de venda direta e proximidade espacial, tal qual os produtos comercializados são, na maior parte dos casos, originários de produção própria. Medeiros (2019) considera que a expansão da agricultura familiar é importante para o desenvolvimento regional e para a segurança alimentar do país, impactando positivamente a economia com a ampliação da oferta de alimentos.

Ao menos 145 produtos diferentes são ofertados na feira, dentre os quais 138 são produzidos pelos próprios feirantes, sendo 109 de origem vegetal, 13 de origem animal e 16 são processados. Sete (7) dos produtos comercializados na feira são apenas revendidos de terceiros, ainda que originários de outros produtores rurais. As culturas e criações desse conjunto de agricultores estão elencadas por ordem de frequência de sua ocorrência nos estabelecimentos rurais dos pesquisados (Quadro 1; Quadro 2). A partir dos nomes populares informados pelos agricultores, os nomes científicos foram organizados com base na publicação “Flora e Funga do Brasil”

(FLORA E FUNGA DO BRASIL, s/d), utilizando-se do sistema de classificação Angiosperm Phylogeny Group (APG IV, 2016).

Quadro 1 – Distribuição (nº e %) dos produtos vegetais cultivados e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados.

Produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%) de produtores
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	23	79,31%
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i> L.	21	72,41%
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	19	65,52%
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	19	65,52%
Couve	<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>viridis</i> L.	19	65,52%
Rúcula	<i>Diplotaxis eruroides</i> (L.) DC.	18	62,07%
Salsinha	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nyman ex A.W. Hill	17	58,62%
Limão cravo	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	17	58,62%
Almeirão	<i>Cichorium</i> sp. L.	16	55,17%
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	14	48,28%
Banana (maçã, da terra, nanica, ouro, San Tomé, vermelha)	<i>Musa</i> sp. L.	12	41,38%
Abóbora (abobrinha, cabotiã, menina, paulista)	<i>Cucurbita</i> L. Duchesne	12	41,38%
Limão taiti	<i>Citrus latifolia</i> (Yu. Tanaka) Tanaka	11	37,93%
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	11	37,93%
Jiló (tradicional, português, gigante)	<i>Solanum gilo</i> Raddi	10	34,48%
Tomate (tomatinho, tomatinho-cereja)	<i>Solanum lycopersicum</i> L.	10	34,48%
Pimenta (africana, biquinho, combari, de cheiro, dedo-de-moça, malagueta) e pimentão	<i>Capsicum</i> sp. L.	10	34,48%
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.	9	31,03%
Pocã, tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	9	31,03%
Hortelã	<i>Mentha</i> sp. L.	8	27,59%

Produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%) de produtores
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	8	27,59%
Espinafre	<i>Tetragonia tetragonoides</i> (Pall.) Kuntze	7	24,14%
Limão galego	<i>Citrus aurantiifolia</i> (Christm)	7	24,14%
Rabanete	<i>Raphanus sativus</i> L.	7	24,14%
Feijão catador ou de corda	<i>Vigna unguiculata</i>	7	24,14%
Brócolis	<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>italica</i> Plenck	6	20,69%
Couve flor	<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>botrytis</i> L.	6	20,69%
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims.	6	20,69%
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	6	20,69%
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i> W.T. Aiton	5	17,24%
Berinjela	<i>Solanum melongena</i> L.	5	17,24%
Amora	<i>Morus nigra</i> L.	5	17,24%
Feijão guandu	<i>Cajanus cajan</i> L. Millsp.	5	17,24%
Manga (Haden, bourbon, espada, maçã, palmer)	<i>Mangifera indica</i> L.	5	17,24%
Mostarda	Brassicaceae cf. <i>Brassica</i> sp. / <i>Sinapsis</i> sp. (L.)	4	13,79%
Chuchu	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Swartz	4	13,79%
Caju	<i>Anacardium</i> sp. L.	4	13,79%
Coco anão	<i>Cocos nucifera</i> var. <i>Gigante</i> (L.)	4	13,79%
Acerola	<i>Malpighia</i> sp. L.	4	13,79%
Repolho	<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>capitata</i> L.	3	10,34%
Melão-de-são-caetano	<i>Momordica charantia</i> L.	3	10,34%
Cenoura	<i>Daucus carota</i> L.	3	10,34%
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	3	10,34%
Pinha	<i>Annona squamosa</i> L.	3	10,34%
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	3	10,34%
Pitaya	<i>Hylocereus</i> sp. (A.Berger) Britton & Rose	3	10,34%

Produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%) de produtores
Jabuticaba	<i>Plinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	3	10,34%
Feijão carioca (feijão comum, feijão-vagem)	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	3	10,34%
Milho	<i>Zea mays</i> L.	3	10,34%
Bucha	<i>Luffa</i> sp. Mill.	3	10,34%
Mastruz	cf. Brassicaceae	2	6,90%
Capim santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	2	6,90%
Beterraba	<i>Beta vulgaris</i> L.	2	6,90%
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	2	6,90%
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i> L.	2	6,90%
Mandacaru	<i>Cereus</i> sp. Mill.	2	6,90%
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	2	6,90%
Feijão fava	<i>Vicia faba</i> L.	2	6,90%
Figo	<i>Ficus carica</i> L.	2	6,90%
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.	2	6,90%
Almeirão japonês	<i>Lactuca canadensis</i> L.	1	3,45%
Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	1	3,45%
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	1	3,45%
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	1	3,45%
Erva doce	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	1	3,45%
Arnica	<i>Arnica montana</i> L.	1	3,45%
Beladona	<i>Atropa belladonna</i> L.	1	3,45%
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	1	3,45%
Melissa	<i>Melissa officinalis</i> L.	1	3,45%
Hortelã grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	1	3,45%
Nabo	<i>Brassica napus</i> L.	1	3,45%
Alho-poró	<i>Allium porrum</i> L.	1	3,45%

Produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%) de produtores
Limão siliciano	<i>Citrus limon (L.) Burm. f.</i>	1	3,45%
Quiabo-de-metro	<i>Trichosanthes cucumerina L.</i>	1	3,45%
Alho japonês	<i>Allium tuberosum</i> Rottler ex Spreng.	1	3,45%
Cidra	<i>Citrus medica L.</i>	1	3,45%
Palmito pupunha	<i>Bactris gasipaes Kunth</i>	1	3,45%
Embu	<i>Spondias tuberosa Arr. Cam.</i>	1	3,45%
Inhame	Indet.	1	3,45%
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus Lam.</i>	1	3,45%
Uva niágara	<i>Vitis labrusca L.</i>	1	3,45%
Hibisco	<i>Hibiscus sabdariffa L.</i>	1	3,45%
Caqui-chocolate	<i>Diopirus kaki L.</i>	1	3,45%
Goiaba vermelha	<i>Psidium guajava L.</i>	1	3,45%
Caxí	<i>Lagenaria siceraria (Molina) Standl.</i>	1	3,45%
Batata doce	<i>Ipomoea batatas (L.) Lam.</i>	1	3,45%
Moringa	<i>Moringa oleifera Lam.</i>	1	3,45%

Fonte: Próprio autor, 2021.

Quadro 2 – Distribuição (nº e %) das espécies ou produtos animais produzidos e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados.

Criação/ produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%)
Frango, ovos	<i>Gallus domesticus</i>	17	58,62%
Porco	<i>Sus domesticus</i>	13	55,17%
Bovino (carne, leite)	<i>Bos taurus</i>	9	31,03%
Carneiro	<i>Ovis aries</i>	3	10,34%
Abelha (Mel)	<i>Apis sp.</i>	1	3,45%
Pato	<i>Cairina moschata momelanotus</i>	1	3,45%

Fonte: Próprio autor, 2021.

Destaca-se no levantamento de culturas produzidas por estes agricultores a grande diversidade de olerícolas, contando com 55 diferentes espécies, não considerando as variedades levantadas. Dentre estas, 12 são plantas medicinais e somadas ao hibisco, totalizam 13 espécies de uso medicinal nesta Feira. Quanto as espécies de fruta, a diversidade também é expressiva, abrangendo 31 culturas. Há ainda plantas de uso múltiplo, encontrando-se a moringa e da bucha (usada como olerícola) estas podendo inclusive ser consideradas plantas alimentícias não convencionais (PANC's; KINUPP; LORENZI, 2014), tal qual outras culturas aqui levantadas, como é o caso do melão-de-são-caetano e da taioba.

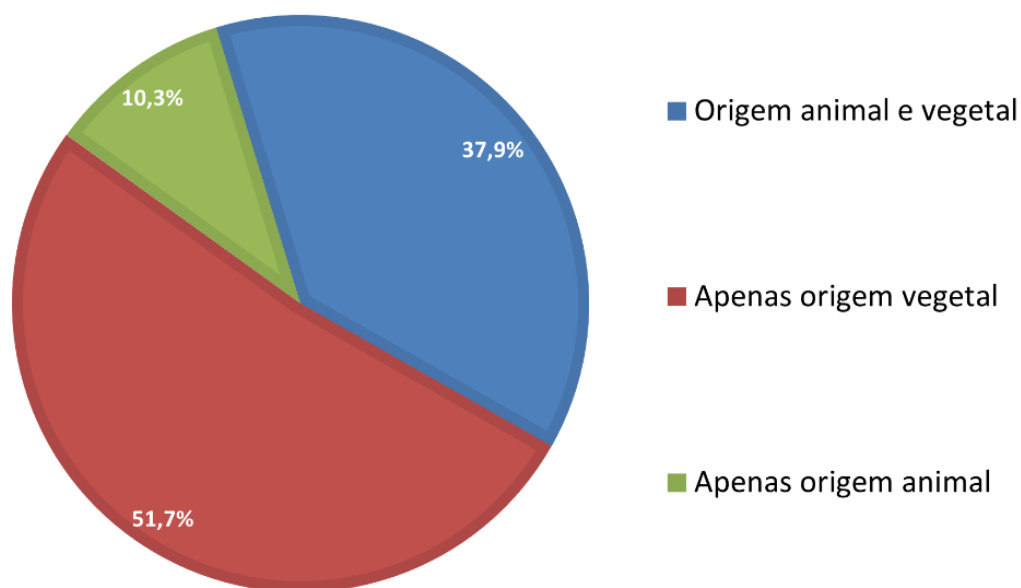
Neste canal de comercialização, a diversificação de produtos e agregação de valores aos produtos *in natura* são importantes para atrair o consumidor, e também é relevante considerar os aspectos de sazonalidade para tais objetivos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012), sendo no presente estudo encontrada ampla diversidade de produtos cultivados e comercializados. Em torno de um quarto (37) desses produtos são vendidos por um ou dois produtores; enquanto apenas 6,2% do total de produtos é comercializado por mais de 50% dos produtores, sendo que nenhum dos produtos foi informado enquanto uma cultura ou criação de mais de 80% dos agricultores, o que evidencia a aposta dos agricultores na diversidade da oferta de produtos, sendo mais heterogêneo do que o observado por Medeiros (2019) em uma feira no Nordeste.

Dentre as culturas informadas com maior frequência pelos produtores, destacam-se olerícolas, como mandioca, cebolinha, alface, coentro, couve, rúcula, salsinha e almeirão (todas com oferta envolvendo mais da metade dos agricultores), e, dentre as frutas, o limão cravo (ou rosa) aparece com mais frequência (58,62% do total), como uma cultura apreciada por estes agricultores, o que pode ser devido as características desta variedade de tolerância à seca, boa produtividade e maturação precoce de frutos, em contrapartida é suscetível à gomose e ao declínio (SOMBRA *et al.*, 2016). Em contraste, Tonet *et al.* (2010) identificam em Cuiabá (MT) preferência bastante reduzida dos consumidores (10%) pelo limão cravo e pelo galego, em comparação com o taiti sendo estas menos ofertadas. Na Feira de Ilha Solteira o limão galego é o menos ofertado entre os limões, abrangendo 24,14% dos produtores pesquisados, denotando que há uma procura por essa variedade, embora também haja dificuldade de produção, uma vez que tal cultura enfrenta a ocorrência de cancro cítrico e com isso passou a ser substituída pela variedade taiti (TONET *et al.*, 2010).

Citado com a mesma frequência que o limão cravo está o frango e galinha caipira, criações das quais exploram a comercialização de carne e ovos, respectivamente. No Estado de São Paulo, 27,8% dos estabelecimentos apresentam criação de galináceos e a avicultura familiar tem destaque enquanto “forma de resistência às pressões de um sistema agroalimentar globalizado” (GUELBER SALES *et al.*, 2013). Aqui, de forma pouco expressiva, observamos referente a avicultura também a oferta de patos, criação que é pouco representativa no cenário nacional (FIGUEIRA, 2009), mas que tem um nicho de mercado.

Um pouco mais que a metade (51,7%) dos produtores comercializam apenas produtos de origem vegetal, enquanto 10,3% comercializam apenas produtos de origem animal e 37,9% comercializam produtos de ambas as origens (Figura 14). Assim, afora uma parcela de produtores que comercializam produtos de ambas as origens vegetal e animal, a maior parte vende apenas produtos de origem vegetal e uma quantidade reduzida destes é especializada na comercialização de produtos de origem animal. Furlan Junior *et al.* (2012) encontraram em 2008 nesta feira a frequência de 57,69% de feirantes comercializando produtos *in natura*, observando em menor quantidade outros que vendiam em associação produtos minimamente processados e/ou processados, sendo que os produtos de origem animal por vezes entram na classificação de minimamente processados.

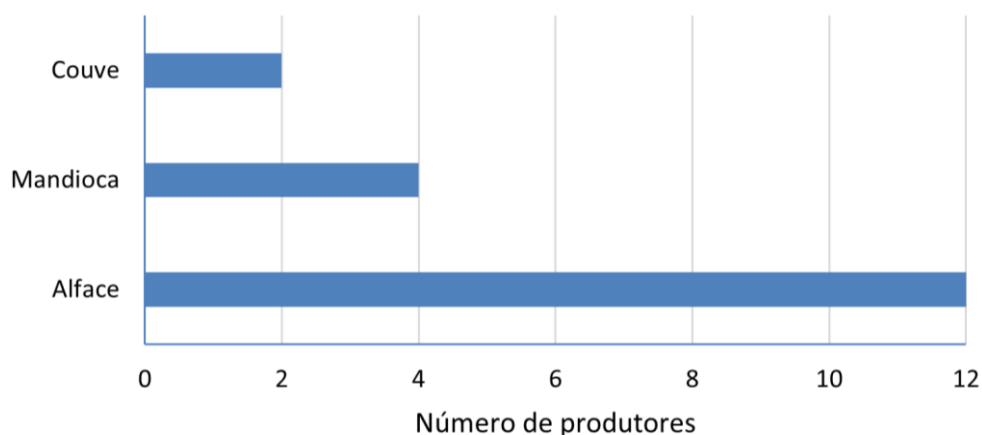
Figura 14 – Distribuição (em %), quanto à origem, dos produtos comercializados pelos agricultores na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Embora o produto declarado como produzido com maior frequência tenha sido a mandioca, seguida da cebolinha, os produtos citados como mais importantes para a comercialização pelos feirantes foram a alface, por 12 produtores, seguido de mandioca por quatro (4) produtores e couve por apenas dois (2) (Figura 15).

Figura 15 – Distribuição dos produtos citados como mais importantes pelos produtores feirantes.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Até 2008, pelo menos, a comercialização de hortaliças (alface, almeirão, cebolinha, couve, salsinha e rúcula), pelos produtores familiares do Cinturão Verde,

era menos representativa nesta feira quando comparada a comercialização em supermercados e varejinhos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012). Nas feiras livres em Jales, verificou-se que a alface é o produto mais procurado pelos consumidores (NAKAO, 2021).

Reforça-se que a destacada diversidade de culturas e criações informadas pelos atores pesquisados potencializa a contribuição da Feira Livre de Ilha Solteira-SP e dos agricultores familiares que nela participam para a comercialização de produtos agrícolas locais. A ampliação da diversidade de produtos ofertados é característica do fortalecimento deste espaço de comercialização tradicional e de valor cultural tão expressivo que são as feiras (DORTELMANN *et al.*, 2013; FARIA *et al.*, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados indicou, entre os agricultores feirantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP, predomina aqueles com baixa escolaridade e na faixa etária de mais de 60 anos, além da maior presença de mulheres; aspectos que, com exceção da baixa escolaridade, são incomuns na literatura. Estes agricultores, em sua maioria, produzem em assentamentos rurais do próprio município, sendo que 82,8% residem em seus estabelecimentos rurais. Há mais frequentemente dois (2) residentes, sendo este também o mesmo número de pessoas que trabalham na área. Os dados levantados caracterizam este conjunto de agricultores enquanto minifundiários que utilizam a maior parte do estabelecimento rural para produção, em sua maioria produzindo há menos de 20 anos e comercializando nesta feira há menos de dez anos.

Pouco mais da metade destes produtores (51,7%) comercializa unicamente na Feira Livre de Ilha Solteira e realiza apenas a venda de produção própria, sendo que quase todos utilizam também os produtos para o autoconsumo. O perfil de renda dos agricultores a partir de sua produção é variado, mas no que se refere a comercialização na feira livre, quase dois terços (62,1%) obtém por meio desta entre 81 a 100% do total da renda bruta agropecuária.

Os dados encontrados no presente levantamento fornecem indícios de que os agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP se enquadram como agricultores familiares, cuja principal forma de comercialização ocorre em circuitos curtos, caracterizados, especialmente, pela venda direta ao consumidor.

Os agricultores mais frequentemente comercializam apenas produtos de origem vegetal, havendo uma parcela que comercializa produtos de ambas as origens vegetal e animal e uma quantidade reduzida é especializada na venda de produtos de origem animal. Em relação as culturas produzidas, constatou-se grande diversidade, especialmente de olerícolas, com destaque para mandioca, cebolinha, alface, coentro, couve, rúcula, salsinha e almeirão. A ampla diversidade de espécies cultivadas e criadas localmente é relevante para a qualidade da alimentação da população do município, além de atender preferências dos consumidores que não são encontradas em outros pontos comerciais da cidade.

A relevância de estudos que observem o perfil socioeconômico e de produção dos agricultores que comercializam localmente necessita ser destacada, cabendo

conhecer ainda mais aspectos do que aqui foram levantados, por exemplo acerca de questões mais voltadas às técnicas de produção, às dificuldades de produção e comercialização, a aspectos relacionados à orientação técnica, à segurança alimentar. Outro aspecto importante é o acompanhamento da evolução da Feira Livre ao longo dos anos, para conhecer a dinâmica da agricultura e do comércio, e também, nesse caso específico, verificar se a pandemia do Covid-19 pode ter afetado de alguma forma o levantamento realizado na presente pesquisa.

A cultura da feira livre enquanto local dinâmico de comercialização e interação social resiste e renova a aliança necessária entre consumidores e agricultores familiares. Para tanto, a valorização e adesão por parte da população local é necessária. Além disso e para facilitar esse processo, é imprescindível que políticas públicas sejam aplicadas e fortalecidas para que a população tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis e que estes não falem à sociedade como um todo. A articulação de mecanismos, como a Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA, pelo envolvimento de consumidores e produtores, pode ser uma ferramenta importante para alcançar estes objetivos.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

APG, I.V. The linnean society of London. **Botanical journal of the linnean society**, v. 181, p. 1-20, 2016.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 234, de 4 de abril de 2017**. In: Diário Oficial da União, 5 abr. 2017, Edição 66, Seção 1, p. 4. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1, de 13 de abril de 2017**. In: Diário Oficial da União, 18 abr. 2018, Edição 74, Seção 1, p. 2. Acesso em: 24 fev. 2022.

CARMO, M. S. **Reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil**: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1994.

CARVALHO, F. F.; GROSSI, S. F. A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2019.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 143-180, 2015.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Texto para discussão, 2017.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007. 8 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2017. 208 p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A., ALENCAR, M. D. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01-22, 2016.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DEL GROSSI, M. E. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.

DORTELMANN, J.; GEBAUER, J.; MAZON, T.; COSTA, T.; PEREZ-CASSARINO, J. Feira Agroecológica da agricultura familiar de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

EXIME, E; REIS, C. M; COSTA, M. L; GONZALEZ A. C; COSTA JÚNIOR, J. M; ZONIN, W. J. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma caracterização da feira do produtor rural do município de Marechal Cândido Rondon – Paraná, Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 1, p.1-15, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11462>

FARIA, R. B.; BOTINI, N.; SOARES, F. S.; SOARES, J. A. G.; SILVA, M. L. Recursos genéticos vegetais comercializados na feira do produtor de Tangará da Serra, MT. **Biodiversidade**, v. 15, n. 3, 2016.

FIGUEIRA, T. A. **Fatores relevantes para o sucesso da avicultura de corte na agricultura familiar da Zona da Mata mineira: a percepção do produtor**. 2009, 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2009.

Flora e Funga do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2022

FONTANA, A. P. C.; LIMA, R. S. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades: compreendendo a relação feirante – freguês. *In*: Third International Conference Agriculture and Food in na Urbanizing Society, 17-21 set. 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: 2018.

FRANÇOIS, M. Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. **Inovação no meio rural**. Caderno, n. 7, 2000.

FROES, D.; SANT'ANA, A. L. As feiras livres de Ilha Solteira (SP): Comercialização, orientação técnica, perfil socioeconômico e tecnológico dos produtores. *In*: VIII Jornada de estudos em Assentamentos Rurais, jun. 2019, Campinas, **Anais...** Campinas, 2019.

FURLAN JUNIOR, E.; COSTA, S. M. A. L.; ROSA, M. E.; PINOTTI, C. R.; SILVA, T. R. Aspectos da produção, canais de distribuição e abastecimento na cidade de Ilha Solteira-SP. **Revista Cultura Agronômica**, v. 21, n. 2, p. 93-108, 2012.

GALLINA, L. S.; TEO, C. R. P. A.; MUNARO, P. S.; OLIVEIRA, V. S. H. D. Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 89-102, 2012.

GARCIA, A; PALMEIRA, M. Rastros de Casa Grande e de Senzalas: transformações sociais no mundo Rural Brasileiro. *In*: SACHS, I; WILHEM, J; PINHEIRO, P. S. **Brasil: um século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 40 - 77.

GARCIA, M. F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19. Rio de Janeiro: Anpocs, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm.

GARCIA-PARPET, M. F. **Feira e Trabalhadores Rurais**: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Rio de Janeiro: tese de doutorado- UFRJ, 1984.

GARCIA-PARPET, M. F. Representações Científicas e Práticas Mercantis Camponesas. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas Raízes**, vol. 21, n. 02, 2002.

GASPI, S; LOPES, J.L. **Desenvolvimento Sustentável e Revolução Verde**: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 11, UFPR, Curitiba, 2008.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Porto Alegre-RS, 2004, 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019, 248 p.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas-RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007, p. 1461-1465.

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas - RS**: Estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. 2005. 313 f. Tese (Agronomia. Área de concentração: Produção Vegetal). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2005.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GUELBER SALES, M. N.; SOLER, M. M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Estilos de avicultura: uma estratégia de resistência da condição camponesa. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, p.1-6, 2013.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Área territorial brasileira 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente**, 01 jul 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html> Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; ÓRGÃOS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA, SECRETARIAS ESTADUAIS DE GOVERNO E SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **PIB per capita**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html> Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 24 mai. 2022.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2014. 745 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368 p.

LIMA, A. F.; SILVA, E. A. IWATA, B. G. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

MALUF, R. S. J.; MARQUES, S.; MENEZES, F. **Caderno de propostas de Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, IBASE, 2001.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Paris: Ed. Educagri, 2008. 216 p.

MARSDEN, T; BANKS, J; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p.424-438, 2000.

MARTINS, M. R.; SANT'ANA, A. L.; OLIVEIRA, L. R.; GONZAGA, D. A. SILVA, F. C. Práticas de Adubação Usadas Pelos Produtores Da Horta dos Aposentados E Possibilidades De Torná-las Agroecológicas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, jan./mar. 2007.

MEDEIROS, M. R. G. **Circuito Curto de Comercialização**: a experiência da feira agroecológica do município de Cuité/PB. 2019, 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Centro de Educação e Saúde, Cuité – PB, 2019.

NAKAO, D. C. C. **Feiras livres municipais como alternativa de comercialização dos agricultores familiares em Jales-SP**. 2021, 80 f. Tese – (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira – SP, 2021.

NAKAO, D. C. C.; SANT'ANA, A. L. Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do Território Noroeste Paulista. **Guaju**, v. 6, n. 1, p. 86-106, 2020.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D. Reconexão entre produção e consumo de alimentos ea política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 118-141, 2019.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; VON DENTZ, E. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014, 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP, 2014.

ROCHA JUNIOR, A. B.; VALLE, J. P. R.; BRANQUINHO, F.; SABBAG, O. J.; COSTA, S. M. A. L. **PAA, Conflitos, e reprodução social no assentamento Estrela da Ilha**. Sem data. Disponível em: https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nJUNIOR,%20Adauto%20Brasilino%20Rocha%20et%20al.%20PAA,%20CONFLITOS,%20E%20REPRODU%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20NO%20ASSENTAMENTO%20ESTRELA%20DA%20ILHA.upedor_2014/Arquivos/01/1A/5_Aduto%20Junior.pdf Acesso em: 24 mai. 2022.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 265-291.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 107-118, 2014.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. **Serie documentos de trabajo**, n. 145, 2013

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVESTRE, A .L. **Análise de dados e estatística descritiva**. São Paulo: Escolar Editora, 2007

SOMBRA, K. E. S.; SILVA, A. C. C.; LOUREIRO, F. L. C.; BASTOS, D. C. Citricultura desenvolvida na agricultura de base familiar do município de Russas, Ceará. **Cultura Agronômica**, v.25, n.3, p.303-316, 2016.

SPECHT, S.; BLUME, R.; VON ENDE, M.; SOUZA, M. T. M. É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira – UFSM. In: Third Internacional Conference Agriculture and Food in na Urbanizing Society, 17-21 set. 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: 2018.

THOMÉ, C. **O uso de canais de distribuição curtos nas relações comerciais de agricultores familiares de Santa Rosa/RS – a feira livre**. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerrado Largo, Cerrado Largo – RS, 2017.

TONET, Fábio Paulo et al. Variedades de limão comercializadas em Cuiabá-MT Origem, Preferência, Demanda e Perdas. **UNICIÊNCIAS**, v. 14, n. 2, 2010.

VAN DER PLOEG, J. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

VIEGAS, F. S. **As feiras de pelotas contribuem com as cadeias curtas de produção?** Trabalho de Conclusão de Curso. 2016, 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Faculdade de Administração e Turismo, Pelotas – RS, 2016.

VIEIRA, B. C. **O fazer a feira:** a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica. 2017, 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara - SP, 2017.

APÊNDICE A - Formulário de entrevista aplicado aos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira – SP.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA

DEPTO. DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PESQUISA: “Produção e perfil socioeconômico dos agricultores participantes da

Feira Livre de Ilha Solteira – SP” por Rodrigo Castilho Freitas e Antônio Lázaro

Sant’Ana

Nº do questionário: _____

Data do levantamento: ____/____/____

Informação ao participante da pesquisa

Senhor(a) agricultor(a) feirante, sua participação (ou não) na presente pesquisa é livre (pode responder somente as perguntas que desejar) e opcional. Esta pesquisa faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Biológicas, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus de Ilha Solteira, que objetiva analisar as características socioeconômicas, de produção e comercialização dos agricultores que participam da Feira Livre de Ilha Solteira, visando gerar informações que possam reforçar esse tipo inserção no mercado por parte dos agricultores. A pesquisa deverá estar à disposição de todos na biblioteca e no site da Faculdade a partir do primeiro semestre de 2022.

Obs.: Não serão divulgados os nomes ou outros dados que identifiquem individualmente os(as) agriculores(as) participantes da pesquisa.

1 IDENTIFICAÇÃO DA(O) ENTREVISTADA(O)

1.1 Nome: _____ **1.2** Idade: _____ anos

1.3 Endereço: _____ **1.4** Telefone: _____

1.5 Escolaridade: _____

2 DADOS GERAIS DO ESTABELECIMENTO E PRODUÇÃO

2.1 Área total do estabelecimento: ____ ha **2.2** Área ocupada pela produção: ____ ha

2.3 Nº de pessoas que moram na área: ____ **2.4** Nº de pessoas que trabalham na área: ____

2.5 Utiliza mão-de-obra de terceiros para ajudar no serviço da propriedade?

() Não () Sim: () empregado permanente () diaristas () outro tipo: _____

2.6 Há quanto tempo adquiriu ou assumiu a gestão do estabelecimento: _____ anos

2.7 Há quanto tempo produz no estabelecimento para vender: _____ anos

2.8 Há quanto tempo vende seus produtos nessa feira livre: _____ anos

2.9 Quais as principais culturas presentes no estabelecimento (em ordem decrescente de importância):

Critério utilizado: () econômico () área ocupada () outro: _____

2.10 Quais as principais criações presentes no estabelecimento (em ordem decrescente de importância): _____

_____ Critério utilizado: () econômico () área ocupada () outro: _____

3 DADOS DA COMERCIALIZAÇÃO

3.1 Quais produtos das culturas e criações do estabelecimento ou de fabricação própria são vendidos na feira (em ordem decrescente de importância): _____

Critério utilizado: () valor obtido pela venda () quantidade vendida () outro: _____

3.2 Quais produtos de terceiros que vende na feira: _____

Percentual que representa do total vendido na feira: _____%

3.3 Além da feira, destina seus produtos para outras finalidades como:

() Comércio varejista () Outros Feirantes () Restaurantes () Prefeitura
 () Agroindústrias () Intermediários () Autoconsumo (família e/ou estabelecimento)
 () Outro destino: _____ () Nenhum

3.4 Qual percentual do total da renda bruta familiar é obtido por meio do estabelecimento rural?

() até 20%	() de 21 a 50%	() de 51 a 80%	() 81 a 100%
-------------	-----------------	-----------------	---------------

3.5 Qual percentual da renda bruta agropecuária é obtido por meio da comercialização na Feira?

() até 20%	() de 21 a 50%	() de 51 a 80%	() 81 a 100%
-------------	-----------------	-----------------	---------------

4 OBSERVAÇÕES: _____
